RESOLUÇÃO GPGJ Nº 2.713, DE 04 DE JUNHO DE 2025.

Institui a Política de Retenção e Descarte de Dados Pessoais ("Política de Retenção") no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a relevância dos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e proteção de dados, previstos no art. 5º da Constituição da República, as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Lei do Marco Civil da *Internet*), da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), da Lei Complementar Estadual nº 106, de 03 de janeiro 2003, da Resolução GPGJ nº 2.699, de 20 de maio de 2025, da Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como as boas práticas de governança de dados e segurança da informação;

CONSIDERANDO que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais traz um conceito amplo de tratamento, assim considerada "toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração";

CONSIDERANDO que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais possui um capítulo dedicado ao tratamento de dados pessoais pelo poder público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro faz tratamento de dados para atividades relacionadas à segurança pública, investigação e repressão de infrações penais, procedimentos cíveis, contratos administrativos, processo judicial eletrônico, gestão administrativa de membros, servidores, alunos-residentes, estagiários, terceirizados e colaboradores;

CONSIDERANDO que os responsáveis pelo tratamento de dados em desconformidade com a lei poderão incidir nas sanções do regime jurídico próprio, da Lei de Improbidade Administrativa, da Lei de Acesso à Informação e da Lei nº 13.709/2018;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação e aprimoramento das atividades institucionais e dos fluxos internos de governança de dados pessoais às exigências da legislação específica;

CONSIDERANDO o que consta no Procedimento SEI nº 20.22.0001.0064216.2022-62, que culminou na publicação do Programa de Governança em Privacidade do Ministério Público; e

CONSIDERANDO o que consta no Procedimento SEI nº 20.22.0001.0014556.2025-42,

RESOLVE

Capítulo I

Disposição Preliminar

Art. 1º - Esta Resolução institui, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), a Política de Retenção e Descarte de Dados Pessoais ("Política de Retenção").

Parágrafo único - Para os fins da Política de Retenção, considera-se:

I - dado pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III - dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

IV - banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

V - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

VI - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

VII - controlador: pessoa jurídica de direito público a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

VIII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

IX - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

XI - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

XII - relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

XIII - autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei nº 13.709/2018 no território nacional; e

XIV - Unidade Especial de Proteção de Dados Pessoais (UEPDAP/CNMP): vinculada à Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público (CPAMP), exerce a função de Autoridade de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público (APDP/MP), fazendo parte da estrutura do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Capítulo II

Objetivo

Art. 2º - A Política de Retenção tem por objetivo padronizar e disciplinar regras e diretrizes relativas à retenção de dados pessoais tratados, por meio de documentos

físicos ou digitais, consoante os artigos 15 e 16 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e os arts. 115 e 116 da Resolução CNMP nº 281/2023.

Capítulo III

Diretrizes

Art. 3º - Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades.

§ 1º - Consoante o art. 115 da Resolução CNMP nº 281/2023, o término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados pessoais deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;

II - fim do período de tratamento;

III - comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento, conforme o disposto no § 5º do art. 8º da LGPD, resguardado o interesse público; ou

IV - determinação da UEPDAP/CNMP, quando houver violação ao disposto na Resolução CNMP nº 281/2023.

§ 2º - Consoante o art. 116 da Resolução CNMP nº 281/2023, considera-se também a ocorrência do término do tratamento quando ocorrer a anonimização dos dados pessoais.

§3º - Não se considerará finalizado o tratamento de dados pessoais quando subsistir o interesse público para o atendimento de outras finalidades, inclusive para produção de conhecimento interno em prol do cumprimento das obrigações constitucionais do Ministério Público e para as questões atinentes à segurança institucional.

Art. 4º - O término do tratamento e, principalmente, a eliminação de dados pessoais deverão se vincular, quando existentes, às tabelas de temporalidade e classificação de documentos, inclusive os eletrônicos.

Art. 5º - Quanto aos sistemas de informação, a exclusão dos dados pessoais dependerá da possibilidade técnica e, principalmente, da inexistência de interesse público ou institucional, incluindo a segurança institucional.

Art. 6º - A forma de operacionalização da exclusão dos dados pessoais será regida por diretrizes específicas dos órgãos de tecnologia e segurança da informação, as quais deverão respeitar as diretrizes desta Política de Retenção e Descarte de Dados Pessoais.

Capítulo IV

Disposições Finais

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 04 de junho de 2025.

Antonio José Campos Moreira

Procurador-Geral de Justiça